

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.472 - DF (2019/0355274-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **CRISTIANO BRANDAO FOLHA**
ADVOGADO : **DANIEL MARCOS MOREIRA DOS SANTOS - DF048339**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CRISTIANO BRANDAO FOLHA, em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 912/913):

APELAÇÃO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO MOTIVO FÚTIL. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. EMPREGO DE MEIO CRUEL. TERMO DE APELAÇÃO CONHECIMENTO AMPLO DO RECURSO. NULIDADE POSTERIOR À PRONÚNCIA NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA CONTRÁRIA À LEI EXPRESSA OU À DECISÃO DOS JURADOS NÃO AVERIGUADA DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS NÃO ACOLHIMENTO. ERRO OU INJUSTIÇA NA APLICAÇÃO DA PENA. ACOLHIMENTO PARCIAL. CONTRIBUIÇÃO DA VÍTIMA. RECONHECIMENTO. REINCIDÊNCIA. PRAZO DEPURADOR. AFASTADA.

1. O recurso de apelação no procedimento do Júri é dotado de característica distinta, a saber: a amplitude de sua eficácia se limita aos fundamentos previstos no artigo 593, inciso III, do Código de Processo Penal, os quais, por sua vez, devem ser indicados no termo de sua interposição. Súmula nº 713 do STF. No caso, como houve a efetiva manifestação de inconformismo da Defesa, no termo recursal, com base nas alíneas "a", "b", "c" e "d", do inciso III, do artigo 593 do Código de Processo Penal, o recurso deve ser conhecido de forma ampla.

2. Por nulidade posterior à pronúncia entende-se a ocorrência de vício procedimental insanável o qual tenha irremediavelmente contaminado o julgamento do Júri, o que não se verifica na espécie. Ademais, não se vislumbra qualquer vício procedimental que possa ter causado prejuízo à ampla defesa do réu.

3. Analisando as respostas dadas aos quesitos, verificou-se

que a sentença condenatória não divergiu da conclusão do Conselho de Sentença, tampouco houve violação à lei. Portanto, a sentença está em conformidade com a decisão dos jurados, nos termos do artigo 492, do Código de Processo Penal.

4. Para que o réu possa ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, sob o fundamento de que a sentença do Juiz-presidente ou a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, se faz imprescindível a demonstração patente e cabal de que o ato decisório impugnado encontra-se totalmente destoante do conjunto probatório. Não é este o caso dos autos, porquanto ausentes motivos para anular o julgamento realizado pelo Plenário do Tribunal do Júri.

5. Tendo a vítima subtraído o aparelho celular do réu que, em virtude disto, ceifou-lhe a vida, embora bastante desproporcionais as condutas, deve se reconhecer que o comportamento da vítima também contribuiu para o resultado danoso, fato que merece ser considerado em favor do réu na primeira fase da dosimetria da pena. Pena readequada.

6 As condenações criminais alcançadas pelo período depurador de 5 (cinco) anos, previsto no artigo 64, inciso I, do Código Penal, embora não impeçam a configuração de maus antecedentes, afastam os efeitos da reincidência, como no caso. Precedentes STJ.

7. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 954/964), alega a parte recorrente violação do artigo 479 do Código de Processo Penal e do artigo 59 do Código Penal.

Sustenta, em síntese, a nulidade do julgamento realizado pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, sob o argumento de que novas folhas de antecedentes criminais do recorrente, oriundas de Estado da Federação diverso daquele em que se deu o julgamento e relativas a fatos ocorridos 13 (treze) anos antes, foram juntadas sem intimação da defesa e mencionadas durante a sessão de julgamento, interferindo tanto na formação da convicção dos jurados quanto na dosimetria da pena, a título de maus antecedentes e reincidência, implicando cerceamento de defesa e violação ao princípio do devido processo legal.

Aduz, ainda, subsidiariamente, a inidoneidade da

fundamentação adotada para a valoração negativa das circunstâncias judiciais atinentes à culpabilidade, à conduta social e às consequências do crime.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 991/994), o recurso foi inadmitido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 1151/1153), dando ensejo à interposição de agravo (e-STJ fls. 1162/1171).

Por decisão monocrática da lavra do Ministro Presidente desta Corte Superior de Justiça, o agravo em recurso especial não foi conhecido (e-STJ fls. 1184/1885), tendo o ora recorrente interposto agravo regimental (e-STJ fls. 1188/1196), sustentando, em síntese, que houve impugnação específica de todos os fundamentos da decisão recorrida, inclusive quanto ao óbice da Súmula n. 7/STJ.

Acolhendo as razões do recorrente, o Ministro Presidente deste Superior Tribunal de Justiça reconsiderou a decisão agravada e, com fundamento no art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil, determinou a distribuição dos autos, para julgamento do agravo em recurso especial (e-STJ fl. 1199).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não provimento do recurso, consoante parecer assim ementado (e-STJ fls. 1208/1211):

PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 479 DO CPP E AO ART. 59 DO CP. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO MANTIDO INCÓLUME NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 283, STF. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Nas razões do recurso especial, o agravante aponta violação ao art. 479 do Código de Processo Penal, porque houve indevida juntada de certidões criminais oriundas de foro diverso daquele em que ocorreu o julgamento, sem que tenha sido oportunizado à defesa se manifestar sobre elas. Também apontou violação ao art. 59 do Código Penal, alegando que as circunstâncias judiciais não foram corretamente valoradas na dosimetria da pena.

2. Quanto à alegada violação ao art. 479 do CPP, o

agravante não impugnou o fundamento segundo o qual a questão estaria preclusa, visto que não houve qualquer registro em ata de julgamento sobre o fato. A ausência de impugnação específica a fundamento do acórdão recorrido inviabiliza o recurso especial, nos termos da Súmula 283 do STF.

3. Alterar o entendimento do acórdão recorrido, no sentido pretendido pelo agravante, qual seja, de que houve juntada indevida de folha de antecedentes criminais nos autos, sem que tenha sido oportunizado o contraditório à defesa, ensejaria a revisão das provas dos autos, o que esbarra no óbice do enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. O agravante também apontou violação ao art. 59 do Código Penal, alegando que as circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade, conduta social e conseqüências do crime não foram corretamente valoradas na dosimetria da pena.

5. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios manteve a pena-base fixada na sentença e avaliou os vetores culpabilidade, conduta social e conseqüências do crime com base na prova coligida dos autos. Dessa forma, a análise da matéria exposta no recurso especial exigiria nova análise de provas, o que é vedado nesta instância recursal e esbarra no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

- Parecer pelo não provimento do agravo em recurso especial.

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

Primeiramente, no que concerne à pretensão de reconhecimento de nulidade decorrente da suposta juntada de novas folhas de antecedentes criminais, sem intimação da defesa, e da sua utilização na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, a Corte *a quo* consignou (e-STJ fl. 918):

Já quanto à outra preliminar suscitada, em relação à juntada de folha penal do acusado, sem vista para a defesa, não há qualquer registro em ata de julgamento sobre o fato, operando-se, assim, a preclusão sobre a matéria atinente à nulidade, nos moldes do artigo 571, V, do Código de Processo Penal.

Dessa forma, rejeito a preliminar, com base nos artigos 563 e 571 do Código de Processo Penal.

[...]. - grifei

Na espécie, consoante asseverado pela Corte local, a alegação atinente a eventuais irregularidades relacionadas à juntada de folha de antecedentes penais do recorrente, sem a intimação da defesa, não constou na ata de julgamento, operando-se a preclusão quanto à matéria, por não ter sido impugnada no momento processual oportuno (e-STJ fl. 918).

Com efeito, na forma do artigo 571, inciso VIII, do CPP, nos crimes dolosos contra a vida, a parte interessada no reconhecimento de alguma nulidade ocorrida no plenário do Tribunal do Júri deve suscitá-la logo depois que ocorrer, devendo haver registro na ata da sessão de julgamento, sob pena de preclusão.

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE NA APRESENTAÇÃO DE FATOS NOVOS PELA TESTEMUNHA. PRECLUSÃO DA MATÉRIA. SÚMULA 568/STJ. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NECESSIDADE DE EXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO VEDADA. SÚMULA N. 7/STJ. PENA-BASE EXASPERADA EM RAZÃO DO DISPARO DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA E PELO TRAUMA SOFRIDO PELA VÍTIMA. POSSIBILIDADE. CONCURSO FORMAL. RECONHECIMENTO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Consoante preceitua o art. 571, inciso VIII, do CPP, as nulidades ocorridas em plenário do Tribunal do Júri devem ser arguidas no momento próprio, ou seja, logo depois de ocorrerem, e registradas na ata da sessão de julgamento, sob pena de preclusão (precedentes), o que não ocorreu na hipótese. (ut, AgInt no REsp 1374985/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 26/02/2018)

2. Reconhecer que a decisão do Tribunal do Júri não está em desacordo com as provas dos autos constitui providência inadmissível em recurso especial ante a necessidade de reexame do conjunto fático-probatório. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

3. A jurisprudência do STJ admite a exasperação da pena-base em razão da execução de disparos em via pública. Precedentes.

[...]

6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1405586/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2020, DJe 28/2/2020).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

HOMICÍDIO QUALIFICADO. PARCIALIDADE DE UM DOS JURADOS. EIVA NÃO ARGUIDA TEMPESTIVAMENTE. PRECLUSÃO. PUBLICIDADE DA LISTA DE JURADOS. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO OPORTUNA. MEMBRO DO CONSELHO DE SENTENÇA QUE É MARIDO DA CUNHADA DA IRMÃ DA VÍTIMA. FATO QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA.

1. Nos termos do artigo 571, inciso VIII, do Código de Processo Penal, as eivas em plenário devem ser arguidas logo depois de ocorrerem, sob pena de preclusão.

2. Na espécie, a aventada parcialidade de um dos jurados só foi suscitada por ocasião da interposição de recurso de apelação contra a sentença condenatória, o que revela a preclusão do exame do tema. Precedentes do STJ e do STF.

[...]

9. habeas corpus não conhecido. (HC 535.530/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 3/12/2019, DJe 16/12/2019).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE. AUSÊNCIA ENTREGA DE CÓPIA DO LIBELO-CRIME ACUSATÓRIO AOS CORRÉUS. NÃO OCORRÊNCIA. QUESITAÇÃO NO JÚRI. IRREGULARIDADES. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA. PRECLUSÃO. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. Na linha do que já decidiu esta Corte, de há muito, "não configura exigência estabelecida em lei a intimação pessoal do advogado constituído a respeito do libelo acusatório, tampouco a entrega de cópia da referida peça" (HC n. 30.919/RS, relator Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 6/5/2004, DJ 14/6/2004) 2. Diversamente do que alega a defesa, eventuais irregularidades atinentes à quesitação ofertada aos jurados caracterizam nulidade relativa, ensejando a sua imediata contestação e a prova do prejuízo para a parte a quem aproveita.

3. Segundo a dicção do art. 484 do Código de Processo Penal, após formular os quesitos o juiz-presidente os lerá, indagando às partes se têm qualquer objeção a fazer, o que deverá constar obrigatoriamente em ata. E, nos termos do art. 571, VIII, do diploma alhures mencionado, as nulidades deverão ser arguidas, no caso de julgamento em plenário, tão logo ocorram.

4. "Não se anula julgamento proferido pelo Tribunal do Júri por eventual fragilidade das provas, mas tão-somente quando os jurados decidem sem nenhum lastro nas provas dos autos, o que não se verifica na espécie" (HC n# 259.353/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 1º/12/2014).

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 123.330/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 2/12/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. NULIDADE NO JULGAMENTO. PRECLUSÃO. ART. 571, VIII, DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A Lei Processual Penal em vigor adota o princípio da pas de nullité sans grief, segundo o qual somente há de se declarar a nulidade se, alegada em tempo oportuno, houver demonstração ou comprovação de efetivo prejuízo à parte.

2. As nulidades ocorridas por ocasião do julgamento do júri devem ser arguidas ainda durante a sessão, nos termos do art. 571, VIII, do CPP, sob pena de preclusão.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1537998/MT, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 7/11/2019, DJe 20/11/2019).

Assim, não tendo a suposta nulidade sido suscitada no

momento processual oportuno, consoante asseverado pelo Tribunal de origem, operou-se a preclusão quanto à matéria.

Em segundo lugar, no que diz respeito à fixação da pena-base acima do mínimo legal, cumpre registrar que a dosimetria da pena está inserida no âmbito de discricionariedade do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais quando malferida alguma regra de direito.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a pena-base não pode ser fixada acima do mínimo legal com fundamento em elementos constitutivos do crime ou com base em referências vagas, genéricas, desprovidas de fundamentação objetiva para justificar a sua exasperação. Precedentes: HC n. 272.126/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 8/3/2016, DJe 17/3/2016; REsp n. 1.383.921/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 25/6/2015; HC n. 297.450/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 21/10/2014, DJe 29/10/2014.

Quanto à irresignação defensiva atinente à valoração negativa da vetorial culpabilidade, a Corte local assim se manifestou (e-STJ fls. 938/939):

Culpabilidade - o Juiz sentenciante valorou negativo esse vetor em virtude do acusado ter, nas suas palavras, exercido "papel de liderança na execução do crime, não fosse isso, utilizou de violência extrema e frieza, tanto que, segundo dito pela testemunha sigilosa Sigma, em plenário, este afirmara que chegou a ouvir o estralar dos ossos da vítima quando era enforcado. Não fosse isso, a fim de alcançar o seu desiderato inicial, qual seja, encontrar o seu telefone celular, houve o emprego de violência contra mais de uma pessoa, haja vista que primeiramente empregou violência contra seu primo Rafael, ao suspeitar que ele teria subtraído o telefone; sendo que após Rafael afirmar que não fora o responsável pela subtração, inconformado por não localizar o seu aparelho, passou a agredir a vítima de diversas formas causando-lhe sofrimento intenso e desnecessário. Não fosse isso, mostrou-se indiferente

aos apelos da vítima e das testemunhas presenciais, as quais clamavam para que o acusado não desse cabo da vida da vítima, entretanto, o acusado, na função de liderança exauriu com pleno sucesso o seu desiderato homicídio. Por fim, não se pode olvidar da prática de atos análogos ao de ocultação de cadáver, pois os atos de execução se iniciaram na Cidade Satélite do Paranoá sendo o exaurimento do crime realizado nesta Circunscrição Judiciária, não se podendo olvidar que o corpo da vítima estava com suas características físicas primárias comprometidas, a exemplo do rosto queimado, tanto que, houve considerável dificuldade em identificar a corpo da vítima, portanto, resta evidente a intensidade do dolo homicida e o alto grau de reprovabilidade da conduta do agente." Justificado, pois, a valoração negativa dessa circunstância, pois o modo de execução e meio cruel empregados se mostram relevantes, demonstrando um maior grau de reprovabilidade na conduta do réu, a saber, o papel de liderança exercido na execução do crime, agressão a terceiros pessoas, agressões físicas à vítima de modo a possibilitar testemunha ouvir o estalar de seus ossos, as várias formas de torturas praticadas, com socos, chutes, arremesso de celular na face da vítima e enforcamento. Mantenho a avaliação desfavorável da circunstância.

[...]. - grifei

Colhe-se do acórdão recorrido que o desvalor atribuído à moduladora da culpabilidade decorreu do papel de liderança exercido pelo recorrente na execução do crime e da agressão a terceiros pessoas, fundamentação concreta que se mostra idônea e suficiente para amparar o afastamento da pena-base do seu mínimo legal, porquanto reveladora de maior reprovabilidade da conduta.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SEQUESTROS, HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PENAS-BASE FIXADAS ACIMA DO MÍNIMO LEGAL PARA O DELITOS DE HOMICÍDIO. AFASTAMENTO DA VALORAÇÃO NEGATIVA DAS VETORIAIS REFERENTES À PERSONALIDADE, CONDUTA SOCIAL E COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. FUNDAMENTOS INIDÔNEOS. EXISTÊNCIA DE PROCESSO EM CURSO. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA QUE DEVE SER

CONSIDERADO FATOR NEUTRO. PRECEDENTES. FRAÇÃO APLICÁVEL AO AUMENTO DA PENA NA PRIMEIRA E SEGUNDA FASES DA DOSIMETRIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

- Quanto à culpabilidade, devidamente configurado o desvalor da conduta, pela liderança do grupo, bem como pela realização dos disparos que retiraram a vida de uma das vítimas e feriram a outra, elementos concretos a justificarem a exasperação da pena-base. Inafastável, igualmente, o desvalor das consequências do delito, as quais desbordaram as elementares próprias do tipo penal. Ressaltou o Juízo de 1º grau, na sentença, a ocorrência de ameaça à vida de testemunha do processo, inclusive em sua casa, o que ensejou seu sumiço. Tais graves consequências não podem ser consideradas elementares, pois claramente desbordam o tipo penal em tela.

[...]

- Agravo regimental parcialmente provido para reduzir as penas aplicadas ao paciente para 36 anos e 4 meses de reclusão, mantidos os demais termos da condenação. (AgRg no HC 497.773/AP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/6/2019, DJe 1º/7/2019). - grifei

No que concerne à vetorial conduta social, na espécie, o Tribunal *a quo* asseverou que o recorrente participava de "guerra de gangues", sendo *notoriamente conhecido e temido da região em razão de ser chefe do tráfico na região, tanto que as testemunhas demonstraram nitidamente temer possíveis represálias por parte do acusado, na hipótese de falarem sobre os fatos* (e-STJ fl. 939).

Com efeito, *para fins do art. 59 do CP, essa corresponde ao comportamento do réu no seu ambiente familiar e em sociedade, de modo que a sua valoração negativa exige concreta demonstração de desvio de natureza comportamental* (HC 544.080/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 11/2/2020, DJe 14/2/2020).

Assim, consoante consignado pelas instâncias ordinárias,

diante da perniciosa relação do recorrente com a sociedade, com a família e vizinhos, também nesse ponto não merece prosperar a pretensão recursal.

Por fim, no tocante ao desvalor atribuído às consequências do crime, a Corte de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 939/940):

f) Consequências do Crime - o sentenciante valorou negativa esta circunstância fundamentando que "após o crime deu-se início a uma série de outros crimes, especialmente, do crime de homicídio, ante as mortes de Shaldio e mortes de Sharliston Bispo Marinas (co-autor) em retaliação e vingança a morte da vítima Andrey e a morte de Wallison, vulgo "Catrina", suspeito da morte do co-autor Sharliston; não se podendo olvidar, ainda, de notícias de perseguição, ameaças e disparos de arma de fogo em via pública, circunstâncias essa [sic] que abalaram a já comprometida ordem pública da circunscrição judiciária do Paranoá." Mantenho a valoração negativa das consequências do crime, já que se mostraram graves, causando insegurança no meio social, em virtude do ambiente de retaliação e vingança entre as famílias e amigos dos envolvidos, inclusive, com a notícia de disparos de armas de fogo em via pública.

[...]. - grifei

Extraí-se do acórdão recorrido que a valoração negativa atribuída às consequências do crime decorreu do fato de ter resultado da ação do recorrente um ambiente de retaliação e vingança entre as famílias e amigos dos envolvidos, inclusive com perseguição, ameaças e disparos de arma de fogo em via pública.

In casu, o resultado da conduta delitiva, de fato, extrapola a normalidade do tipo penal em comento, sendo escorreita, portanto, a avaliação negativa de tal moduladora, porquanto apresentada motivação concreta, idônea e suficiente, apta a justificar a atribuição de maior rigor penal a esse título.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", parte final, do RISTJ, **conheço** do agravo para **conhecer parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, **negar-lhe provimento**.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator